



SENADO FEDERAL
Auditoria
Coordenação de Auditoria Contábil e Financeira

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO Nº 8/2025 – COAUDCF/SF

Ao Senhor
ANDRÉ LUIS SOARES DA PAIXÃO
Auditor-Geral

Senhor Auditor-Geral,

1. Trata-se do 1º ciclo de monitoramento das recomendações apontadas no Relatório Setorial de Auditoria em Contas Anuais – Exercício 2024¹, de competência desta COAUDCF, que integram a Auditoria em Contas Anuais do Senado Federal do mesmo exercício.
2. A partir da Matriz de Ocorrências e Recomendações, contendo os comentários da Gestão e observações da AUDIT², elaboramos uma Matriz exclusiva para as recomendações monitoráveis oriundas desta COAUDCF, a qual foi anexada a este documento. No quadro a seguir sintetizamos a situação dessas recomendações.

Status da Recomendação	Código da Recomendação
0. Ação não iniciada	AUDCF.Def.44.2.2024
1. Ação em andamento	AUDCF.Def.35.1.2024
	AUDCF.Def.36.1.2024
	AUDCF.Def.37.1.2024
	AUDCF.Def.38.1.2024
	AUDCF.Def.39.1.2024
	AUDCF.Def.41.1.2024
	AUDCF.Def.42.1.2024
	AUDCF.Def.44.1.2024
9. Recomendação baixada por implementação	AUDCF.Def.44.3.2024
	AUDCF.Def.44.4.2024
	AUDCF.Def.40.1.2024

¹ 00100.033502/2025-55

² 00100.088536/2025-87



AUDITORIA
SENADO FEDERAL





SENADO FEDERAL
Auditoria
Coordenação de Auditoria Contábil e Financeira

3. Portanto, quanto às recomendações monitoráveis que ainda não foram baixadas (**situações “0. Ação não iniciada” e “1. Ação em andamento”**), solicitamos à DGER e/ou à respectiva unidade gestora competente que atualizem o plano de ação proposto e/ou apresentem justificativas/informações complementares, no prazo de 60 (sessenta) dias.

4. Em tempo, informamos que o arquivo eletrônico da Matriz de Monitoramento para preenchimento dos planos de ação poderá ser solicitado pelo e-mail coaudcf@senado.leg.br. Também estamos disponíveis para prestar quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

COAUDCF, 30 de setembro de 2025.

assinado digitalmente
DANILLO MARCUS MOREIRA
Chefe Substituto do SEAUDCO

assinado digitalmente
PAULO VITOR DE SOUSA DANTAS
Chefe do SEAUDCT

assinado digitalmente
ANTONIO LISBOA DE QUEIROZ
Coordenador Substituto da COAUDCF





SENADO FEDERAL
Auditoria
Coordenação de Auditoria Contábil e Financeira

De acordo.

À Diretoria-Geral, para ciência e adoção das providências, conforme a matriz de monitoramento anexa, com vistas à continuidade das ações para solução das recomendações pendentes do Relatório, **no prazo de 60 (sessenta) dias**.

Após, os autos deverão retornar à Auditoria para acompanhamento das providências adotadas.

AUDIT, 30 de setembro de 2025.

assinado digitalmente
ANDRÉ LUIS SOARES DA PAIXÃO
Auditor-Geral



AUDITORIA
SENADO FEDERAL





Nº Auditoria de Contas: Exercício 2024
Nº do Processo: 00200.017407/2025-86

Elaborado por: COAUDCF
Revisado por: André Luis Soares da Paixão
(Auditor-Geral)

MATRIZ DE OCORRÊNCIAS E MONITORAMENTO										MONITORAMENTO						
Coordenação o da AUDIT Responsável	Código da Recomendação	Critério	Classificação da Ocorrência	Descrição do Achado/ Deficiência Significativa de Controle/ Inconformidade de Menor Relevância	Evidência (s)	Descrição da Recomendação	Nº SIGAD do Relatório Setorial (p/ consulta da fundamentação da recomendação)	Será Monitorado ?	Órgão ou Órgãos Destinatário (s) da Recomendação	Avaliação da Recomendação pelo Gestor	Descrição de Eventual Plano de Ação	Data Inicio	Data Fim	Evidência (s) para as Respostas dadas pelo Gestor	Avaliação da AUDIT às Respostas dadas pelo Gestor	Status Atual da Recomendação
COAUDCF	AUDCF.Dcf.35.1.2024	Lei 4.320/1964 Lei complementar 101/2000 Portaria Conjunta STN/SOF Nº 23, de 11/12/2023 - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	Deficiência Significativa de Controle	Ausência de norma interna no Senado Federal para regulamentar a gestão, o controle administrativo, patrimonial e os registros de movimentação e baixa dos softwares e, por extensão, dos bens intangíveis em geral	NUP 00100.151948/2024-80	Recomenda-se à Diretoria-Geral, em conjunto com as áreas gestoras (Prodasen, SEC, ILB, SPATR e CONTAB), promover a edição de norma interna destinada à regulamentação da gestão e do controle patrimonial, administrativo e contábil dos softwares e demais bens intangíveis.	00100.033502/2025-55	Sim	DGER	1. Recomendação precede e estão sendo adotadas medidas para atendê-la;	Conforme já pontuado no Ofício nº 74/2024 – SPATR, o assunto em tela é complexo e relativamente novo para as Secretarias da Casa. Por esse razão, por meio da Portaria da Diretoria-Geral nº 900, de 20/05/2025, foi formado grupo de trabalho (GT) para tratar do tema e sua regulamentação no Senado. Cada Secretaria signatária do presente Ofício indicou um representante da sua área para integrar o grupo, compondo uma equipe multidisciplinar com competências para abordar os tópicos envolvidos, especialmente quanto aos softwares. As questões levantadas pela AUDIT já estão sendo estudadas e debatidas pelo grupo e, a princípio, há concordância com todas as recomendações expostas. Contudo, com o tempo devido disponível, ainda não é possível entregar um plano de ação completo, concreto e substancial para atendê-las. Pretende-se responder de forma assertiva a totalidade das recomendações por meio do relatório final do grupo de trabalho, incluindo o plano de ação, até o encerramento da vigência do GT em 25/05/2025.	25/05/2025		00100.047252/2025-31; Portaria da Diretoria-Geral nº 900 de 20/05;	Foi instituído Grupo de Trabalho para estudar e propor medidas necessárias para responder às recomendações emitidas. O prazo de vigência do GT indicado é 25/05/2025. Nesse caso, temos aguardar a análise final do GT para emitir nova avaliação sobre o plano de ação.	1. Ação em andamento
COAUDCF	AUDCF.Dcf.36.1.2024	Lei 4.320/1964 Lei complementar 101/2000 Portaria Conjunta STN/SOF Nº 23, de 11/12/2023 - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público Macrofunção SIAFI 021101 – RMA e RMBI	Deficiência Significativa de Controle	Ausência de cadastro dos softwares e dos demais bens intangíveis no SPALM, com informação de atribuição de carga patrimonial, com definição de responsabilidade individualizada pelos softwares adquiridos e produzidos pelo Senado Federal	NUP 00100.174827/2024-14	Recomenda-se à SPATR, ao PRODASEN e à SAFIN adequar o sistema SPALM à Macrofunção SIAFI 02.11.01, de modo que o cadastro, a gestão e a atribuição de carga patrimonial dos softwares, bem como dos demais ativos intangíveis do Senado Federal, sejam refletidos de maneira adequada no sistema de controle patrimonial do órgão.	00100.033502/2025-55	Sim	SPATR; PRODASEN; SAFIN	1. Recomendação precede e estão sendo adotadas medidas para atendê-la;	Idem Recomendação AUDCF.Dcf.35.1.2024			00100.047252/2025-31; Portaria da Diretoria-Geral nº 900 de 20/05;	Idem Recomendação AUDCF.Dcf.35.1.2024	1. Ação em andamento
COAUDCF	AUDCF.Dcf.37.1.2024	Lei 4.320/1964 Lei complementar 101/2000 Portaria Conjunta STN/SOF Nº 23, de 11/12/2023 - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público Macrofunção SIAFI 021101 – RMA e RMBI	Deficiência Significativa de Controle	Não realização do inventário dos bens intangíveis	NUP 00100.174827/2024-14	Recomenda-se à Diretoria-Geral e às demais áreas gestoras responsáveis (Prodasen, SEC, ILB e SPATR), para que adotem as providências necessárias visando à realização anual do inventário dos bens intangíveis, bem como para fornecer suporte ao processo de inventário caso a norma regulamentadora designe outra unidade administrativa para sua execução.	00100.033502/2025-55	Sim	DGER	1. Recomendação precede e estão sendo adotadas medidas para atendê-la;	Idem Recomendação AUDCF.Dcf.35.1.2024			00100.047252/2025-31; Portaria da Diretoria-Geral nº 900 de 20/05;	Idem Recomendação AUDCF.Dcf.35.1.2024	1. Ação em andamento
COAUDCF	AUDCF.Dcf.38.1.2024	Portaria Conjunta STN/SOF Nº 23, de 11/12/2023 - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público ATC 19/2014	Deficiência Significativa de Controle	Ausência de critérios normativos estabelecendo o procedimento para a baixa de intangíveis, em especial os softwares	NUP 00100.151948/2024-80	Recomenda-se à Diretoria-Geral, em conjunto com as áreas gestoras responsáveis (Prodasen, SEC, ILB, SPATR e SAFIN), para que adotem as providências necessárias visando à elaboração de norma que estabeleça as regras para o processo de baixa e desreconhecimento dos softwares e demais bens intangíveis.	00100.033502/2025-55	Sim	DGER	1. Recomendação precede e estão sendo adotadas medidas para atendê-la;	Idem Recomendação AUDCF.Dcf.35.1.2024	25/05/2025		00100.047252/2025-31; Portaria da Diretoria-Geral nº 900 de 20/05;	Idem Recomendação AUDCF.Dcf.35.1.2024	1. Ação em andamento
COAUDCF	AUDCF.Dcf.39.1.2024	Portaria Conjunta STN/SOF Nº 23, de 11/12/2023 - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC TSP 09 – Redução ao Valor Recuperar de Ativo Não Gerador de Caixa	Deficiência Significativa de Controle	Não realização dos testes de recuperabilidade dos softwares com vida útil indefinida	NUP 00100.151948/2024-80	Recomenda-se à Diretoria-Geral, em conjunto com as áreas gestoras responsáveis (Prodasen, SEC, ILB, SPATR e SAFIN), estabelecer procedimento normalizado para a realização periódica do teste de recuperabilidade dos softwares com vida útil indefinida ou, alternativamente, classificados com vida útil definida e adotar o critério de amortização.	00100.033502/2025-55	Sim	DGER	1. Recomendação precede e estão sendo adotadas medidas para atendê-la;	Idem Recomendação AUDCF.Dcf.35.1.2024	25/05/2025		00100.047252/2025-31; Portaria da Diretoria-Geral nº 900 de 20/05;	Idem Recomendação AUDCF.Dcf.35.1.2024	1. Ação em andamento
COAUDCF	AUDCF.Dcf.41.1.2024	Lei 4.320/1964 Lei complementar 101/2000 Portaria Conjunta STN/SOF Nº 23, de 11/12/2023 - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público Macrofunção SIAFI 021101 – RMA e RMBI	Deficiência Significativa de Controle	Os cálculos dos custos de mão de obra relacionados aos softwares apresentam inconsistências, não contemplando todos os encargos de pessoal de forma integral	NUP 00100.026953/2024-55	Recomenda-se à SEGP considerar no cálculo do valor da mão de obra, todos os elementos que compõem seu custo, incluindo: (1) Remuneração bruta do cargo efetivo, incluindo todas as gratificações; (2) remuneração das funções de confiança, se houver; (3) Férias; (4) 1/3 de férias; (5) Gratificação natalina; (6) Encargos patronais e (7) Auxílio-alimentação	00100.033502/2025-55	Sim	SEGP	1. Recomendação precede e estão sendo adotadas medidas para atendê-la;	(...) essa Coordenação de Pagamento tomará providências no sentido de reificar as informações encaminhadas para o exercício de 2024 e 2025, para que os valores apontados para auditoria sejam incorporados ao cálculo, e encaminhará essa informação aos setores solicitantes. Foram identificados 4 documentos com as referidas informações, a saber: - 00100.097488/2024-77 - 00100.064407/2024-12 - 00100.026953/2024-55 - 00100.089964/2025-24	15/03/2025	30/04/2025		Conforme informado pela Coordenação de Pagamento, as informações encaminhadas com o cálculo do custo do homem-hora serão atualizadas para incorporar as rubricas apontadas pela Auditoria. Desse modo, a equipe avaliará o cumprimento da recomendação no próximo ciclo.	1. Ação em andamento
COAUDCF	AUDCF.Dcf.42.1.2024	Lei 4.320/1964 Lei complementar 101/2000 Portaria Conjunta STN/SOF Nº 23, de 11/12/2023 - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público Macrofunção SIAFI 020345 - Ativos Intangíveis Macrofunção SIAFI 021101 – RMA e RMBI	Deficiência Significativa de Controle	Ausência ou inadequação na conciliação contábil dos softwares com os registros do controle administrativo, bem como a não observância da Macrofunção SIAFI 021101 – RMA e RMBI	NUP 00100.174827/2024-14 Processo SIGAD Processo 00200.011565/2022 Processo 0200.012741/2024 Processo 0200.012742/2024	Recomenda-se à SPATR e à SAFIN adequar o sistema SPALM aos parâmetros da Macrofunção SIAFI 021101 na emissão/apresentação do RMBI.	00100.033502/2025-55	Sim	SPATR; SAFIN	1. Recomendação precede e estão sendo adotadas medidas para atendê-la;	Idem Recomendação AUDCF.Dcf.35.1.2024			00100.047252/2025-31; Portaria da Diretoria-Geral nº 900 de 20/05;	Idem Recomendação AUDCF.Dcf.35.1.2024	1. Ação em andamento
COAUDCF	AUDCF.Dcf.44.1.2024	ATC nº 19/2014, art. 2º, 5º, 14, 23, 32, 33	Deficiência Significativa de Controle	Falhas nos controles sobre os responsáveis pelos bens móveis	00100.020243/2024-38-2 00100.027460/2025-13-4	Recomenda-se à SPATR instituir rotina para realizar a designação de agentes consignatários nos casos em que o sistema SPALM não fizer de forma automática.	00100.033502/2025-55	Sim	SPATR	1. Recomendação precede e estão sendo adotadas medidas para atendê-la;	Inicialmente estabelecer revisão de forma manual e periódica das unidades que não possuem responsável atribuído e designar a responsabilidade onde houver lacuna. Em paralelo desenvolver novas regras no sistema SPALM para realizar a atribuição de forma automática	01/04/2025	31/10/2025	00100.048374/2025-61-1	As propostas da área gestora, em fase de implantação, podem mitigar o risco de existir bens móveis sem agente consignatário designado. A formalização dessas rotinas, caso aconteça, tornará os controles mais efetivos.	1. Ação em andamento
COAUDCF	AUDCF.Dcf.44.2.2024	ATC nº 19/2014, art. 2º, 5º, 14, 23, 32, 33	Deficiência Significativa de Controle	Falhas nos controles sobre os responsáveis pelos bens móveis	00100.020243/2024-38-2 00100.027460/2025-13-4	Recomenda-se à SPATR revisar a designação dos agentes consignatários dos bens com tombamento nº 228814 (notebook) e 256595 (microcomputador).	00100.033502/2025-55	Sim	SPATR	1. Recomendação precede e estão sendo adotadas medidas para atendê-la;	Não conseguimos checar a situação de todos os itens indicados pela Auditoria. Entramos em contato com membros da Coordenação de Auditoria Contábil e Financeira (COAUDCF) em 20/03 e recebemos as resposta que eles verificaram os papéis de auditoria para nos repassar mais detalhes. Contudo até o encerramento da presente manifestação, ainda não obtivemos retorno.			00100.048374/2025-61-1	Os esclarecimentos foram prestados à SPATR no dia 21/03, um dia após o envio da manifestação da área, por meio do Ofício 41/2025 – COAPAT. Ressalta-se que houve um erro da COAUDCF/AUDIT na redação da recomendação. Conforme o papel de trabalho da primeira etapa do teste	0. Ação não iniciada
COAUDCF	AUDCF.Dcf.44.3.2024	ATC nº 19/2014, art. 2º, 5º, 14, 23, 32, 33	Deficiência Significativa de Controle	Falhas nos controles sobre os responsáveis pelos bens móveis	00100.020243/2024-38-2 00100.027460/2025-13-4	Recomenda-se à SPATR somente distribuir bens novos, inclusive relacionáveis, mediante o devido termo de responsabilidade atestado pelo responsável por sua guarda e conservação, conforme estabelece o art. 14 do ATC nº 19/2014.	00100.033502/2025-55	Sim	SPATR	1. Recomendação precede e estão sendo adotadas medidas para atendê-la;	O SPALM já possui mecanismos automáticos de confirmação de recebimentos de bens. Temos aprimorar esses mecanismos no sistema para atribuir os bens aos servidores responsáveis de maneira mais formal e inequívoca.	01/04/2025	31/10/2025	00100.048374/2025-61-1	A unidade se comprometeu a aprimorar os controles e a ação está em fase de implantação. É esperado que as medidas propostas também alcancem os bens relacionáveis, grupo de bens que foi destacado nesse achado.	1. Ação em andamento
COAUDCF	AUDCF.Dcf.44.4.2024	ATC nº 19/2014, art. 2º, 5º, 14, 23, 32, 33	Deficiência Significativa de Controle	Falhas nos controles sobre os responsáveis pelos bens móveis	00100.020243/2024-38-2 00100.027460/2025-13-4	Recomenda-se à SPATR enviar esforços para que todos os agentes consignatários atestem os respectivos termos de responsabilidade.	00100.033502/2025-55	Sim	SPATR	1. Recomendação precede e estão sendo adotadas medidas para atendê-la;	Revisar periodicamente os servidores e unidades que possuem pendência de assinatura em termos de responsabilidade, e cobrar a subscrição no documento. Posteriormente estudar possíveis restrições para essas áreas com pendência de atesto, como impossibilidade de solicitar materiais para o Patrimônio até a regulamentação da sua situação.	01/04/2025	31/03/2025	00100.048374/2025-61-1	A falta de assinatura dos responsáveis pelos bens tem sido recente nas auditorias de bens móveis. Aparelentemente, revisão e cobrança não têm sido suficientes. A medida em estudo, de estabelecer restrições às áreas com pendências, pode finalmente solucionar a questão	1. Ação em andamento

